



## Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

### **OS TERÇOS DE ENTRE DOURO E MINHO NAS GUERRAS DA ACLAMAÇÃO. ESBOÇO DE HISTÓRIA ORGÂNICA.**

MATOS, Gastão de Melo de

Ano: 1940 | Número: 50a

---

#### **Como citar este documento:**

MATOS, Gastão de Melo de, Os Terços de Entre Douro e Minho nas guerras da aclamação. Esboço de história orgânica. *Revista de Guimarães*, Volume especial comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, 1940, p. 203-225.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

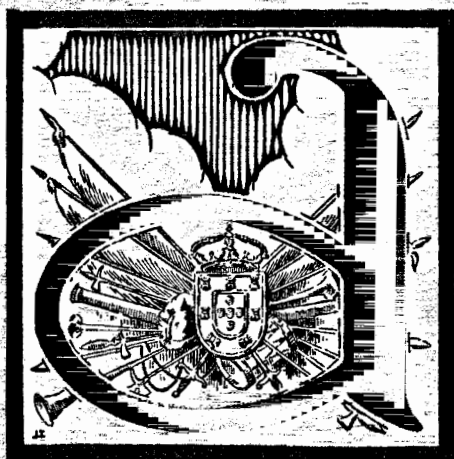
Largo Martins Sarmiento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

# OS : TERÇOS : DE : ENTRE DOURO : E : MINHO : NAS GUERRAS : DA : ACLAMAÇÃO ESBÔÇO • DE • HISTÓRIA • ORGÂNICA

PELO CAPITÃO GASTÃO DE MELLO DE MATTOS  
DA ACADEMIA PORTUGUÊSA DA HISTÓRIA



O contrário do que sucedeu na maior parte dos exércitos da Europa, estiveram durante muitos anos em Portugal quasi completamente abandonados os estudos de história orgânica dos corpos militares. Com excepção da deficiente *Historia da Cavallaria Portugueza*, dos resumidos *Subsidios para a Historia dos Regimentos de Infanteria e Caçadores do Exercito Portuguez* e do estudo sobre *Caçadores de El-Rei*, todos os trabalhos desta natureza foram de iniciativa particular e, cremos, não acompanhados de qualquer assistência official. A maior parte dos autores não fizeram mais do que repetir as informa-

ções que constavam de impressos, especialmente as de Soriano, e só raras vezes recorreram a fontes manuscritas; por este motivo ficaram esquecidos todos os factos ocorridos no século XVII e na mais longa porção do século XVIII.

Uma portaria do Ministério da Guerra de 28 de Janeiro de 1924, no louvável intuito de reatar as tradições dos corpos, determinou que nas bandeiras e estandartes dos regimentos fôsem inscritas divisas de honra ou os nomes das mais importantes acções de campanha em que tivessem tomado parte. Não correspondia, porém, aos desejos manifestados a forma por que se mandava realizar a recolha e organização dos elementos necessários para a obra a executar, pois que elas deviam ser feitas nas próprias unidades, onde, na maior parte dos casos, não havia documentos nem possibilidade de os buscar, mesmo que não faltassem pessoas especialmente preparadas para o seu estudo.

## REVISTA DE GUIMARÃES

A representação dos antigos corpos era conferida às unidades que tivessem números idênticos aos que eles haviam recebido na organização de 1806, critério este muito discutível, por inteiramente artificial, mas que, além de não ser inovação, era provavelmente a única solução prática nas circunstâncias que resultavam de dez ou doze reorganizações do exército, desde 1834, sem que nenhuma delas manifestasse o desejo de manter a representação das unidades substituídas, transformadas ou dissolvidas.

Não é, pois, de admirar que também esta tentativa redundasse em manter na obscuridade todos os feitos militares anteriores às campanhas do Russilhão, e que, posteriormente, alguns esforços no mesmo sentido conduzissem a erros lamentáveis, como o *ex-libris* usado no Regimento de Infantaria 1, que o faz derivar de um certo primeiro t<sup>er</sup>ço de Lisboa, que nunca existiu, em vez de o filiar no t<sup>er</sup>ço da Junta, criado em 1648, de que ele na verdade se origina.

Há muitos anos, começamos a reunir elementos que de certo modo permitissem restabelecer a *genealogia* dos regimentos portugueses. Do estudo, desde então nunca abandonado, do assunto, embora sempre tivesse sido posposta a sua conclusão a outros trabalhos, pudemos concluir que a representação dos corpos militares históricos de Portugal terá sempre que resultar de um artifício—e nesse caso, melhor é manter o que já diversas vezes foi adoptado.

Nas três guerras sustentadas desde 1640 até 1762, e mesmo em resultado das ameaças de conflito com a Espanha em 1736, o exército sofreu modificações; todavia a representação das unidades é sempre possível de estabelecer, porque se mantêm as regiões onde servem as unidades, ou onde têm os seus quartéis permanentes e podem também marcar-se as datas de criação dos corpos; não assim depois de 1834.

Na Guerra da Aclamação houve primeiro que criar um exército permanente para defesa do Reino, capaz de corresponder às exigências da guerra da época; depois, quando as invasões se tornaram mais violentas, foi preciso aumentá-lo de forma que o seu número não fôsse insuficiente para lhes resistir. Terminadas as campanhas (e mesmo num período de estagnação durante a guerra) foram *reformadas*, como então se dizia (dissolvidas, em terminologia moderna) as unidades dispensáveis. Como, porém, as tropas das diferentes províncias eram independentes, é claro que os corpos que restaram depois da reforma (reorganização) do exército englobavam a representação histórica dos que com eles tinham servido.

Embora assumindo aspecto diferente, encontramos o mesmo fenómeno em 1763; o caso de 1736, se bem que não seja igual (e para isso basta que a guerra não chegou a rebentar) é, na essência, de natureza semelhante. Na Guerra da Sucessão, pelo contrário, em resultado de actos de campanha, há exemplos de desaparecimento de unidades. Como, porém, são criadas outras para as substituir, a representação não é menos nítida, com uma única excepção, que não interessa ao caso presente.

A reforma de 1715, é, sob este ponto de vista, comparável à de 1668, visto poderem determinar-se e repartir-se pelas províncias os quartéis dos regimentos.

## OS TERÇOS DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

É durante esta guerra que se organiza permanentemente a cavalaria em corpos de efectivo superior ao da companhia, e que se cria o primeiro regimento de artilharia. Para estas duas armas não é assim possível fazer remontar a história dos corpos além de 1708. A infantaria, pelo contrário, é, pelo modelo espanhol, organizada em tércos logo em 1641, à semelhança do que, por 1618, se fizera com as tropas destinadas à guarnição das armadas. A 1641 remonta pois a formação da infantaria permanente de Entre-Douro-e-Minho, de cuja história nos vamos ocupar, tão resumidamente quanto possível, pois mais nós não permitem nem o tempo de que dispomos, nem o espaço que poderemos dever à amabilidade da *Revista de Guimarães*.

Efectivamente, desde que esta tentativa histórica quisesse descer a certas minúcias, teríamos que ocupar com ela algumas fôlhas; para a história de noventa anos da vida de um corpo, o Têrço da Armada Real, gastámos um livro de duzentas páginas, sem que considerássemos resolvidos todos os problemas que nos havíamos proposto.

Ninguém espere, pois, encontrar neste estudo obra completa, nem com intuítos de definitiva; para tal faltam-nos ainda muitos elementos. Trata-se antes de um guia, que permite relacionar entre eles certos factos da história militar da Aclamação, mas ainda necessitado de muitas correcções.

## OS SOLDADOS

A maior parte dos autores modernos não têm da organização militar portuguesa do século XVII uma ideia suficientemente nítida. A manutenção de certos termos através da história, embora se alterasse o seu significado, concorreu para a confusão resultante de estudo perfunctório. Julgamos, por isso, indispensáveis algumas palavras para bem dar a entender as nossas intenções.

Todos os homens válidos de Portugal eram, pelo sistema chamado de *ordenança*, sujeitos à prestação de serviço militar; não se excluíam mesmo os que gozavam de algum dos numerosos *privilégios* existentes, porque daquela obrigação os não isentavam senão muito poucos, como, por exemplo, o eclesiástico. Os privilegiados não faziam parte das ordenanças, mas eram reúnidos em corpos especiais, com as mesmas obrigações efectivas de exercícios, de armamento, de concorrer para a defesa local, etc..

Os homens da ordenança constituíam, porém, sobretudo um fundo de recrutamento para as tropas permanentes, então chamadas *pagas*, e dessa obrigação é que os privilégios isentavam. Só as tropas pagas eram destinadas ao serviço de campanha; elas também constituíam o núcleo da guarnição das praças e das fortificações de alguma importância.

Segundo o sistema de guerra da época, cuja crítica não vem para aqui, mas que, ao contrário do que muitas vezes impensadamente se tem escrito, é absolutamente

## REVISTA DE GUIMARÃES

justificável, as operações não se afastavam normalmente das fronteiras; campanha que se desenvolvesse regularmente só conduzia à penetração depois de ocupadas e asseguradas as regiões fronteiriças; só em casos especiais era possível proceder de maneira diferente.

Como consequência, as guarnições importantes estacionavam não longe da raia, ou melhor, nos limites das regiões ocupadas pelo inimigo, fronteira militar, quando o não fôsse política. Assim pois, não era possível levantar na região as tropas nela empregadas, tendo o recrutamento que ser feito em pontos distantes.

Não eram, portanto, forçosamente originárias da provincia onde serviam as tropas da sua guarnição; durante a Guerra da Aclamação, as operações principais deram-se, como aliás se esperava, no Alentejo, e por isso, os terços do seu exército iam ser formados ou reforçados em pontos do Reino assaz distantes, e até nas Ilhas. Em menor escala, o mesmo aconteceu para as forças de Entre-Douro-e-Minho, também por necessidades da guerra.

A par das tropas pagas, tomavam parte nas operações de *guerra viva* outras chamadas de *volantes* e de *auxiliares*. Desconhecemos o que fôsem exactamente os primeiros, mas julgamos que se distinguam dos auxiliares apenas por não serem organizados com homens de uma determinada comarca, ficando mais ou menos ligados à sua defesa. Seria demasiadamente longo justificar a nossa opinião e não teria cabimento neste estudo; basta dizer que a designação de *volantes* só aparece nas provincias do norte e que o Conde da Ericeira diz que são quasi o mesmo que auxiliares.

Vejamos portanto o que significava esta palavra.

Os soldados pagos eram profissionais; serviam enquanto estavam válidos, ou, pelo menos, enquanto queriam, depois de satisfazer o tempo a que eram obrigados; chamavam-se *pagos* porque, teoricamente, deviam receber soldo todo o ano, embora, no Reino, as dificuldades do tesouro tivessem feito reduzir as pagas para dez e para seis meses efectivos. Era pelos seus serviços militares que esperavam recompensas e por elles requeriam empregos ou pensões de várias categorias. Pelo contrario, os auxiliares só eram convocados para as épocas de campanha, e, mesmo durante o verão, muitas vezes dispensados para satisfazer os seus trabalhos agricolas.

Mantinhão, pois, a sua vida normal, fora dos limitados períodos em que serviam; eram tropas milicianas com organização regional, que, salvo em casos de gravidade, não eram deslocadas para fora da sua provincia, em que os profissionais eram poucos em número e só ocupavam postos de certas categorias — as que exigiam conhecimentos técnicos. Por vezes, poucas, há exemplos de se mandarem transformar em pagas as tropas auxiliares, exactamente por se lhes querer confiar missões que exigiam permanência de serviço. É sem dúvida mais frequente esta mudança nos indivíduos, embora muitos casos nos sejam certamente desconhecidos.

Não é impossível restituir a história de alguns terços de auxiliares; mas nem se pode fazer isso para todos, nem é dos mais importantes o seu papel na guerra.

## OS TERÇOS DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

Por este motivo, no presente estudo limitar-nos-emos a tratar das tropas pagas de infantaria que durante a Guerra da Aclamação serviram em Entre-Douro-e-Minho.

### ORGANIZAÇÃO E TÁTICA DA INFANTARIA

A organização da infantaria portuguesa em 1641 obedecia ao modelo do exército espanhol; não só era o melhor da época, mas ainda era o melhor conhecido pelos nossos militares; quasi todos os indivíduos com prática da guerra a tinham adquirido a servir na Flandres ou na América contra tropas europeias. Os soldados de África ficavam em regra pelas suas praças.

A constituição da infantaria espanhola visava a obter o melhor equilíbrio entre os meios de combate; os atiradores encontravam protecção nas fileiras inabaláveis dos piqueiros e ao mesmo tempo impediavam que estes fôsem dizimados a distância durante a sua marcha forçosamente lenta.

Havia três espécies de soldados: piqueiros, arcabuzeiros e mosqueteiros.

Eram pouco mortíferos os efeitos do tiro; tropas habituadas ao combate podiam manter-se longamente debaixo de fogo, sem se desorganizarem; contra tropas formadas a cavalaria era absolutamente inoperante na opinião dos mais autorizados escritores. Assim, os generais podiam contar sempre com um núcleo sólido para efectuar o ataque ou para manter a retirada.

Por este motivo, os soldados mais considerados eram ainda os piqueiros, que usavam pela maior parte uma couraça com abas, chamada cossolete, e capacete, como armas defensivas, e se serviam de um longo pique para resistir aos embates do inimigo e para desorganizar as suas formações, e de uma espada curta e larga que manejavam, até sem abandonar aquêle, nos combates corpo a corpo. Todavia, a sua missão era principalmente defensiva e exigia coragem imperturbável. Chamavam-se *piques secos* os que não tinham cossolete.

Os arcabuzeiros eram julgados muito úteis; ligeiros, não combatiam muito unidos, e constituíam destacamentos; contra tropas pouco águerridas, podiam ser bastantes para as desbaratar; mas não podiam esperar o ataque de um inimigo valoroso e tinham que se refugiar junto dos piqueiros.

Os mosqueteiros, cuja arma era pesada, e que, por isso, não eram aptos para ataques em atiradores, tornavam-se úteis pelo maior alcance e precisão do seu fogo, cujos efeitos eram comparáveis aos das peças ligeiras; só podiam desempenhar este cargo homens fortes, capazes de agüentar o peso e o recuo de armas cuja bala chegava a pesar 70 a 80 gramas.

A formatura normal da infantaria chamava-se *esquadrão* e era constituída por um centro de piqueiros ladeado de atiradores; a proporção em que os piqueiros eram distribuidos pelas filas e fileiras caracterizava os esquadrões, que se distinguem pelos nomes de quadro (quadrado) de homens, quadro de terreno, doble, tresdoble, etc..

## REVISTA DE GUIMARÃES

Os atiradores que sobravam das alas do esquadrão constituíam grupos exteriores a este e designados pelo nome de *mangas*, ou mesmo destacamentos separados.

A unidade administrativa, que algumas vezes se chamou com a designação alemã de regimento, mas em que se fixou o nome de *térço*, era constituída por número variável de companhias, embora teóricamente fôsem fixadas em dez. Em princípio também, tôdas as companhias eram constituídas pelas três categorias de soldados; mas, quando o número delas fôsse grande, havia companhias só de arcabuzeiros, porque eram estes, como dissemos, os soldados mais úteis. No esquadrão, portanto, era necessário reunir os soldados da mesma espécie das várias companhias e separar em cada companhia os de espécies diferentes.

Como cada uma das companhias tinha uma bandeira (motivo por que também lhes chamavam *bandeiras*) tôdas elas eram reunidas no centro do esquadrão.

Os oficiais das companhias eram o *capitão* que a comandava, o *alferes*, seu imediato, mas cuja função própria era a condução e defesa da bandeira em combate, o *sargento* a quem competia a administração e a técnica das formaturas, e os *cabos de esquadra*, que eram verdadeiramente os oficiais subalternos e que comandavam sempre os mesmos homens. Os oficiais usavam armas semelhantes às das tropas que comandavam; no esquadrão usavam pique, mas arcabuz ou mosquete, quando dirigiam mangas de atiradores.

Chamava-se *mestre de campo* o comandante do *térço*; mas a parte técnica competia a um oficial chamado *sargento-mor*, por analogia das suas funções com as de sargento na companhia; tinha para o auxiliar um ou mais *ajudantes*. Por estes oficiais eram recebidas e transmitidas as ordens; não lhes competiam comandos, mas já muitos anos antes se estabelecera que o sargento-mor substitua o mestre de campo, ficando assim superior aos capitães.

Estas ligeiras notas sobre a organização, hierarquia e tática da infantaria da Aclamação eram necessárias para bem se compreender a história das unidades. Por brevidade, omitimos tudo o mais que diz respeito a este assunto, como os cargos a que não correspondiam funções estritamente militares, as relações entre os diversos graus hierárquicos, a categoria social que lhes correspondia, etc.. Também nos não referiremos a métodos de recrutamento, efectivos, instrução e outros pontos aliás interessantes, mas que alongariam em demasia este trabalho. Temos porém que dizer que o comandante do exército de uma província, chamado *capitão general* ou *governador das armas* conforme a sua categoria, tinha como imediato e chefe de estado maior o *mestre de campo general* que transmitia as ordens por meio dos *tenentes de mestre de campo general* e seus ajudantes.

Sobre o método que empregaremos no estudo que se segue, devemos ainda ao leitor alguns esclarecimentos. Tentando a história orgânica das unidades de Entre-Douro-e-Minho, não faremos às operações de guerra mais que as referências indispensáveis; aquêles a quem interesse o seu conhecimento poderão servir-se da *História de Portugal Restaurado* do Conde da Ericeira, obra de um alto espírito, baseada sobre documentos oficiais, muitos deles hoje perdidos, e a cujo valor nos

## OS TERÇOS DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

temos diferentes vezes referido. Por isso não hesitámos em recorrer ao seu texto tódas as vezes que nos faltam os diplomas originaes, visto sabermos que, com a máxíma probabilidade, até os seus próprios termos iremos muitas vezes encontrar reproduzidos por D. Luis de Meneses.

### O TÊRÇO VÉLHO DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

Quando se começou a organização das fôrças armadas do Reino, logo depois do dia Primeiro de Dezembro, foi nomeado capitão general de Entre-Douro-e-Minho D. Gastão Coutinho, que nos sucessos da Aclamação tivera parte importante.

Na viagem que, logo depois de nomeado, fêz na província, mandou levantar as listas dos homens sujeitos ao serviço militar; era gente «muyta & valerosa com poucas armas & menos disciplina». Todavia, com ela se começaram a formar companhias que não foram reunidas em têrço, mas que mesmo assim tomaram algumas fortificações castelhanas (cujos defensores não estariam, aliás, melhor organizados) e deram provas de valor em várias ocasiões. No fim da campanha de 1642 havia nesta província três pessoas que tinham pôsto de mestre de campo, ou equivalente, mas parece que não estavam organizados os terços correspondentes.

Um dos cuidados que houve para melhor preparar a defesa foi o de chamar a Portugal um certo número de mercenários estrangeiros. Um dêles, chamado Pedro Viole, senhor de Athys-sur-Orge, provavelmente obrigado a fugir de França como assassino (1), foi, em Setembro de 1641, nomeado coronel, com equivalência de mestre de campo (2), e mandado servir na província de Entre-Douro-e-Minho.

Devia-se-lhe formar um regimento composto de portuguezes e francezes logo que fôsse possível. Acompanhavam-no, pelo menos, cinco capitães nomeados na mesma ocasião: Pedro Mauricio Duquesne, ou talvez antes Duquesnay, Carlos Yvelin de Roquemont, Francisco Bouchel de Mirville ou Marville, Estevam de Amar de Lamolière e um certo Luis de Oliveiros, que não é certo se teria o apelido de Famel com que figura nos nossos documentos (3). Êste último, que não podemos afirmar que fôsse francês, servia a Corôa portugueza no Brasil desde 1629 e parece que foi logo nomeado sargento-mor. Duquesnay e Marville passaram a servir na cavalaria, arma de que em Portugal havia então poucos officiaes competentes. Não sabemos o destino do segundo; a carreira de Duquesnay foi longa e heróica.

As primeiras informações que temos sôbre a organização das fôrças de Entre-Douro-e-Minho não indicam claramente se ali existiam, em 1642, um ou mais terços. É certo porém que estava ali o regimento de Viole d'Athys, em que provavelmente os postos mais importantes eram occupados por estrangeiros, mas em que a quasi tota-

(1) Rodrigues Cavalheiro, *Temas de historia*, 151.

(2) Torre de Tombo, *Conselho de Guerra*, Decretos, maço I, documento 216.

(3) T. T., *loc. cit.*



lidade dos soldados seria de portugueses. Supomos que os mestres de campo não comandassem terços permanentes, mas apenas grupos de companhias.

O mercenário francês, e provavelmente os seus companheiros, eram insubordinados e desordeiros, mas ele, pelo menos, era considerado competente (1).

O seu regimento foi mandado transformar para ficar com a composição normal dos terços portugueses por meados daquele ano (2) e por isso devemos marcar nele a fundação do primeiro corpo permanente de Entre-Douro-e-Minho, pois não é certo que antes existisse com organização regular; o seu efectivo era computado em mil homens (3).

Na campanha do ano seguinte, a acção principal consistiu no ataque e tomada de Salvaterra. O governador das armas, Conde de Castel Melhor, mandou atravessar o Minho e atacar aquela vila no fim de Maio; mas não se considerou com forças para manter a praça, pelo que a abandonou.

O primeiro grupo que atravessou o rio la comandado por Viole Datis, como escreviam os portugueses, e o segundo por Luís de Oliveiros, e contavam ao todo uns 500 homens.

Em 15 de Agosto, fêz-se novo ataque com maiores forças; do primeiro corpo, também comandado por Viole Datis, fazia parte, além da infantaria paga, uma companhia de voluntários, que foi a primeira a desembarcar. A resistência das tropas espanholas foi enérgica, especialmente na defesa da praça; aqui foi morto o mestre de campo «a quem huma bala perdida deu pelo braso direito e sahio pelo fio do lombo», diz o general, que lamenta tanto mais a sua morte quanto ele «estava olé muy diferente que nos prensipios que emtrey nesta fronteira» (4).

Para o seu lugar escolheu o Conde imediatemente a Diogo de Melo Pereira, que já tinha exercido comandos na provincia. Fr. Diogo de Melo Pereira, cavaleiro de Malta, fôra nomeado capitão-mor de Barcelos em 1641 (5), e servia na guerra desde o começo. O governador sabia que não tinha direito de fazer aquella nomeação de mestre de campo, mas julgava-a indispensável por se estar num momento de permanentes combates; e «se Vossa Magestade lhe não parecer que asertey nesta eleisão será forsozo que cuide eu que em nenhuma posso asertar, e assim será de comuente que tambem para este meu posto escolha Vossa Magestade sujeito tão capas como a nesesidade delle pede», dizia o Conde.

El-Rei confirmou a nomeação; embora não tenhamos encontrado no arquivo do Conselho de Guerra o registo da sua patente, é certo que Fr. Diogo de Melo a teve e que exerceu o comando do terço até 1645.

Durante o combate, desordenara-se um terço da ordenança que foi socorrido

(1) T. T., *Cons. G.*, L.º 2, fls. 154v-5; 3, fls. 154 v, 162, 162 v.

(2) *Ib.*

(3) T. T., *Cons. G.*, Decr., maço 2, Doc. 64.

(4) T. T., *Cons. G.*, Consultas, maço 3 (10), doc. 128.

(5) T. T., *Chanc. D. João IV*, L.º 11, fl. 130 v.

## OS TERÇOS DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

pela cavalaria composta só de trinta e cinco homens, cujo comando fôra encarregado a Diogo de Melo, acompanhado pelo capitão Duquesnay, a quem o governador faz os maiores elogios e que passou logo depois a servir como capitão de cavalos.

Enquanto se melhoravam as fortificações de Salvaterra, os inimigos tentaram diferentes ataques. Foram repellidos a primeira vez em 21 de Agosto. Poucos dias depois houve um sério combate, em que de Monção interveio a Condessa de Castel Melhor, mandando descer à margem do rio duas peças de artilharia que com os seus tiros ajudaram a resistência das nossas tropas; parece que tôda a infantaria portugêsa foi envolvida nesta peleja (1).

Maior perigo ameaçou a guarnição de Salvaterra cêrca de um mês depois. O govêrno da Galiza foi entregue ao arcebispo de Santiago, Cardeal Spinola, que refiniu um exêrcito avaliado em onze mil homens, entre os quais se contavam soldados das boas tropas de Flandres. O Cardial quâsi surpreendeu Salvaterra, onde, entre pagos e auxiliares, havia apenas três mil homens, e que mandou assaltar na noite de 23 de Setembro.

As fortificações da praça ainda não estavam completas, mas, de-certo, eram muito superiores às que ali tinha encontrado o nosso ataque. O inimigo foi repellido com grandes perdas; um ardil do mestre de campo Diogo de Melo concorreu para a vitória (2).

Os rebates em tôrno de Salvaterra continuaram até ao fim do ano; nos combates que êles originaram distinguuiu-se notâvelmente um capitão do têrço pago, António de Queirós Mascarenhas, a quem já elogiosamente se referira antes o Conde de Castel Melhor, e que foi recompensado com o hábito de Cristo com 40\$000 réis de pensão, em 8 de Outubro, e depois com mais 20\$000 réis (3).

Supomos que as fôrças regulares estavam divididas pelas praças fortes, mas o mestre de campo e a maior parte do têrço guarneciam Salvaterra. Para a mais importante emprêsa dos portugêses em 1644, o saquê da Barca de Gaião (Goyan), devem ter vindo da vila conquistada a maior parte dos quinhentos infantes que nela comandou Diogo de Melo. Durante o resto da campanha, houve muitos combates em tôrno de Salvaterra, onde por diferentes vezes encontramos o mestre de campo; a campanha reduz-se a uma série de saques e destruições de aldeias pelas fôrças que saem daquela praça e que não excedem uns centos de homens (4).

Em Março de 1645, o Conde de Castel Melhor passou a governar o Alentejo e sucedeu-lhe em Entre-Douro-e-Minho Fr. Diogo de Melo Pereira. Para o substituir no comando do têrço foi nomeado Francisco de França Barbosa, que, como tenente de mestre de campo general, já militava naquela província, e cuja patente é de 2 de

(1) *Portugal Restaurado*, I, 405.

(2) *Idem.* I, 408.

(3) T. T., *Portarias do Reino*, L.º I, fls. 246 e 429.

(4) *Port. Rest.*, I, 483-90.

## REVISTA DE GUIMARÃES

Maio (1). Na mesma data, foi também substituído o sargento-mor Luis de Oliveiros Famel, promovido a tenente de mestre de campo general por Lourenço de Amorim Pereira (2).

Pouco depois, Diogo de Melo, desejando passar a Malta, para tratar negócios da sua religião, pediu licença a El-Rei, que lha concedeu e mandou encarregar do govêrno das armas o novo mestre de campo. Eram más as relações de Francisco de França com o seu antecessor e, por isso, aproveitou-se de ser êle próprio o portador da carta régia para tentar assumir o comando sem conhecimento daquele. Queixou-se Diogo Melo Pereira a D. João IV que mandou repreender ásperamente, diz o Conde da Ericeira, o insubordinado oficial e deu ordem para que Diogo de Melo continuasse no govêrno das armas até ser substituído.

Foram sucessivamente nomeados para o seu lugar o Conde de Sarzedas e D. João da Costa, mas nenhum dêles chegou a partir; em 5 de Novembro ainda Diogo de Melo devia estar em Entre-Douro-e-Minho (3), onde mais tarde, já Bailio de Leça, veio novamente servir na guerra. É provável que seu irmão Lopo Pereira de Lima militasse em Entre-Douro-e-Minho mais algum tempo. Mas no ano seguinte parece ter partido para Malta com a intenção de render Diogo de Melo. A êste propósito convém notar que o erudito e consciencioso José Anastácio de Figueiredo supôs que Lopo Pereira era governador de Salvaterra do Extremo (4) e que nesse êrro o seguiram António do Carmo Vêlho de Barbosa (5) e José Augusto Carneiro, que transcreveu textualmente o anterior sem explicitamente o citar (6). Lopo Pereira de Lima era governador de Salvaterra da Galiza e os dois irmãos serviram sempre na província de onde eram naturais ou, pelo mênos, originários.

Quanto ao mestre de campo, foi mandado para Trás-os-Montes e substituído por Francisco Peres da Silva no comando do têrço (7); mas quando, em Maio de 1646, Diogo de Melo Pereira seguiu finalmente para Malta, veio Francisco de França exercer interinamente o govêrno até voltar novamente o Conde de Castel Melhor a preencher o cargo que antes desempenhara. Não encontramos notícia de que Francisco de França Barbosa voltasse a comandar o têrço de Entre-Douro-e-Minho, mas é certo que se conservou na província com o pôsto de mestre de campo, pelo menos até 1647 (8) e sabemos que neste ano saiu de Salvaterra para uma pequena expedição, que esteve quâsi a redundar em desastre por causa da fuga de uns cem holandeses que faziam parte do destacamento; o grosso das fôrças pôde retirar, mas foi destruída uma companhia que atravessara o Minho em ponto próximo daquele onde se

(1) T. T., *Cons. G.*, L.º 7 (6), fls. 3-v.

(2) *Ib.*, L.º 6 (5), fl. 4 v.

(3) José Anastácio de Figueiredo, *Nova Historia da Militar Ordem de Malta*, III, 193

(4) *Nova Malta*, III, 188.

(5) *Memória Histórica da Antiguidade do Mosteiro de Leça*, 46.

(6) *Resenha histórica e archeologica do Mosteiro de Lessa do Bailio*, 97.

(7) T. T., *Cons. G.*, L.º 7 (6), fl. 4-v.

(8) T. T., *Cons. G.*, L. 11 (10), fl. 23 v.

## OS TERÇOS DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

combatia, mas cujo comandante se não quis reunir às forças de Salvaterra (4). Esta companhia era provavelmente de infantaria paga, mas não podemos afirmar que pertencesse ao t<sup>er</sup>ço, porque é admissível que na província de Entre-Douro-e-Minho houvesse, como em outras, companhias *soltas*, ou seja não reunidas em t<sup>er</sup>ço.

A guerra estava tão amortecida que, sendo, em 1649, nomeado o Visconde de Vila Nova de Cerveira para substituir o Conde de Castel Melhor, que passava a governar o Brasil, «achou.... que quasi parecia que não havia diferença entre as duas Nações» (5).

Entre os dois governadores titulares, intercala-se Francisco Peres da Silva como interino, o que indica que era ele o oficial mais graduado e forçosamente, portanto, o comandante do t<sup>er</sup>ço. Francisco Peres devia ser oficial experiente, pois servirá no Brasil, pelo menos desde 1638, e depois em Cascais e no Alentejo.

O governo do Visconde e o de D. Álvaro de Abranches, que lhe sucedeu, marcam um período de sossêgo até à morte de D. João IV. A acção de Salvaterra estava praticamente anulada por uns fortes que em roda desta praça erigiram os espanhóis. Apenas alguns ligeiros combates se dão entre 1647 e 1656.

Não há portanto história de feitos militares a assinalar ao t<sup>er</sup>ço de Entre-Douro-e-Minho neste período; mas sabemos alguma coisa da sua vida interna.

O mestre de campo estava em Salvaterra nos fins de 1652 (6) e provavelmente era ali o seu quartel normal; a maior parte do t<sup>er</sup>ço lá estaria também, embora com companhias espalhadas por outras guarnições. O Visconde entendia que Francisco Peres não convinha para o comando, e propunha, em 24 de Maio de 1653, que ele fôsse substituído por Famel (4). Realmente Francisco Peres esteve algum tempo afastado do exército (5); mas, apesar de que o governador o acusa, em 26 de Novembro, de roubar doze praças, isto é, de apresentar nas listas de pagamento doze soldados a mais do que os existentes, e diz que ele está em conflito aberto com quasi todos os seus oficiais, voltou a governar o t<sup>er</sup>ço e lá se conservou até ser morto, como veremos, em 1659. Os seus serviços foram até recompensados com o hábito de Cristo e duas pensões de 60\$000 e de 80\$000 reis, que não sabemos se foram efectivadas completamente (6).

Com a morte do Restaurador a guerra recrudescceu; os espanhóis começaram imediatamente a ofensiva nas várias fronteiras. Em Entre-Douro-e-Minho as condições de resistência eram más; o governador das armas presidia à Relação do Pôrto e nesta cidade residia; o t<sup>er</sup>ço de infantaria tinha apenas seiscentos homens (7).

(1) *Port. Rest.* I, 621.

(2) *Idem*, I, 692.

(3) B. N. L., mss., F. G., cod. 6917, fl. 15.

(4) *Ib.*, fl. 40.

(5) *Ib.*, fls. 137-312.

(6) T. T., *Port. R.*, L. 2, fls. 15, v., 16, 398 v.

(7) *Port. Rest.*, II, 62.

## REVISTA DE GUIMARÃES

Em 1 de Maio de 1657, os espanhóis começaram a invasão pela raia seca e, não encontrando oposição nos desfiladeiros, parece que por culpa de Francisco Peres, desceram sem dificuldade ao longo do Minho até próximo de Valença, que estava governada pelo capitão do tço pago António de Abreu, pelo menos desde 1653 (1), e onde, além dos auxiliares, havia quatro companhias do mesmo corpo que somavam duzentos homens. O invasor assaltou um mau fortim, mas foi valorosamente repellido e retirou, atravessando o Minho em Córtes (2).

Em 18 de Junho, o inimigo recomeçou o ataque desta vez atravessando o rio perto de Valença, e depois fortificou-se em S. Pedro da Torre. A infantaria portuguesa paga, mesmo com as novas levás, não excedia mil homens, que foram depois socorridos por uns mil e duzentos pagos e volantes de Trás-os-Montes. As ordenanças eram mal armadas e de pouca disciplina. Estas tropas reuniram-se em 16 de Julho, mas com elas não vinha D. Álvaro de Abranchês que ficara doente em Viana (3).

O mestre de campo Francisco Peres e o recém-chegado tenente general de cavalaria Nuno da Cunha de Ataíde disputaram entre si o direito de comandar, e afinal resolveram convidar para substituir o governador o Visconde de Vila Nova, que, perante a gravidade da situação, viera militar como voluntário no exército. As tropas não eram, porém, capazes de uma acção enérgica e o Conde de Castel Melhor, que pela terceira vez veio governar as armas da província, teve que se limitar a reduzir a acção do forte inimigo que fôra chamado de S. Luís de Gonzaga, acampando próximo dele e construindo alguns pequenos fortins.

Julgou-se necessário formar um novo tço pago para servir em Entre-Douro-e-Minho e procedeu-se à sua organização entre as campanhas de 1657 e 1658. Desde esta ocasião o tço já antes existente passa a ser designado pelo nome de *tço velho de Entre-Douro-e-Minho*, para o distinguir do que então se levantou e dos que mais tarde se vieram ainda a formar nas datas e condições que indicaremos.

Em 1658, diz o Conde da Ericeira, os dois terços pagos somavam mil homens disponíveis para a campanha; mas em Setembro deste ano estavam em conjunto reduzidos a seiscentos (4).

Grande parte do tço velho se achava, sem dúvida, fazendo guarnição em Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Lapela, Monção, Salvaterra, Melgaço e Lindoso, e provavelmente também Castro Laboreiro. Livres para as operações de campanha ficavam algumas centenas de homens; não sabemos quantos estariam nas praças, mas Vila Nova e Valença, Monção e Salvaterra, as mais importantes e mais ameaçadas, deviam absorver a maior e talvez a melhor gente do tço (5).

O governador das armas diversas vezes manifesta durante a campanha a

(1) B. N. L., mss., F. G., cód. 6917, *passim*.

(2) T. T., *Cons. G.*, L.º 27 (25), fls. 82 v.-84.

(3) *Port. Rest.*, II, 64-5.

(4) T. T., *Cons. G.*, Cons., maço 18-a (37), Cons. de 24 de Setembro.

(5) *Port. Rest.*, II, 253.

## OS TERÇOS DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

pouca confiança que lhe merece o seu exército. Os voluntários são constantemente obrigados a intervir nos combates. Todavia, é provável que a grande percentagem de auxiliares que figura nas tropas concorresse para desvalorizar o conjunto; constantemente encontramos na correspondência dos generais queixas sobre a falta de armas, a indisciplina e a deserção daqueles soldados.

Em 1 de Setembro travou-se um combate, não sem glória para a nossa cavalaria, mas em que também interveio o tço velho, que, por doença do seu mestre de campo, foi comandado por Fernão de Sousa Coutinho, de que mais adiante nos ocuparemos.

A acção deve ter-se travado na altura chamada Barrocas ( $\Delta$  69). Mas logo nos dias 11 e 12 caíram as duas atalaias que existiam em Vila Meã, e em 17 um combate começado provavelmente por um encontro de cavalaria e que se travou em Torre de Nogueira, redundou em completo desastre. Os terços, em que tinham sido intercalados os auxiliares, sem dúvida para não deixar estes pelejar isolados, não puderam sustentar o embate do inimigo, e retiraram desordenadamente e com perdas importantes (1). Só entre os prisioneiros se contaram onze capitães de infantaria, sendo cinco pagos. É provável que entre estes estivesse um do tço velho, Estêvam Fernandes Nunes, de quem sabemos que morreu prisioneiro na Galiza (2) e foi substituído pelo alferes Carlos Malheiro, provavelmente o mesmo que chegou em 1686 a mestre de campo de um tço do Minho. Entre os mortos contava-se também um capitão do tço velho, André de Abreu de Zuniga (3), que não sabemos porquê, o *Portugal Restaurado* supõe de auxiliares.

Graças à resistência dos oficiais e dos voluntários, o exército pôde recolher-se ao seu quartel na freguesia da Silva, donde em 21 teve que recolher-se ao montanhoso concelho de Coura. Quanto aos castelhanos, tendo conseguido toda a liberdade de movimentos, atacaram e tomaram Lapela, fracamente defendida, e depois foram cercar Monção, que era governada pelo tenente de mestre de campo general Lourenço de Amorim Pereira, antigo sargento-mor do tço velho.

Não entra nos nossos propósitos descrever a heroica defesa de Monção, cuja resistência, bem que infeliz, é dos mais gloriosos feitos da Guerra da Aclamação. A guarnição era de uns seiscentos homens «os mantimentos são muytos, as munições poucas, & a esperança dos socorros estava dilatada» (4). Durou perto de quatro meses o cerco; a guarnição recebeu alguns reforços, introduzidos pelo rio ou vindos de Salvaterra; dentro em pouco não houve soldados para aumentar o número de defensores e só com dificuldade se lhe puderam mandar viveres e munições; depois de furiosos assaltos sempre repellidos, e depois de perdidas as esperanças de socorro, Lourenço de Amorim capitulou em Fevereiro de 1659. A guarnição saiu pela brecha

(1) T. T., *Cons. G.*, loc. cit.

(2) Biblioteca da Ajuda, cód. 51-VII-41, fls. 41 e seg.

(3) *Ib.*

(4) *Port. Rest.*, II, 161.

formada, com bala em boca (isto é, com as armas carregadas), e corda acesa, bandeiras desfaldadas, tocando caixas e levando uma peça.

Eram as maiores honras que se concediam numa capitulação e que bem mereciam os valerosos defensores, reduzidos a duzentos e trinta e seis homens exaustos pelas feridas e pelas privações.

Entre os mortos do cerco contavam-se, pelo menos, dois capitães do têrço vêlho, João de Gouveia e Fernão Leite Pita (1). Mas é provável que outros fôsem feridos ou se inutilizassem neste assédio; encontrámos na mesma ocasião referência a serem substituídos mais três capitães do têrço, Francisco Soares de Castro, Tomé de Passos, Manuel Loureiro de Figueiredo (2). Fernão Leite Pita mereceu ao Conde da Ericeira especiais referências (3).

Entretanto, o exército que difficilmente se mantinha em campanha, apesar dos reforços que recebia, tentara infrutuosamente algumas operações para socorrer Monção. Nas várias marchas então feitas tomaram parte algumas vezes as companhias do têrço vêlho.

Em 19 de Dezembro de 1658 o têrço vêlho occupava posições na Portela do Vez. A vista de um destacamento inimigo que vinha saquear os campos levou a sair para o combater o mestre de campo Francisco Peres da Silva que o fêz retirar logo; Francisco Peres mandou voltar para a anterior posição as suas tropas, mas um capitão do outro têrço, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, que tinha marchado na vanguarda, quis ter a honra de ser o último a retirar. Seguiu-se uma discussão entre os dois; o mestre de campo levantou a bengala e o capitão matou-o com um tiro de pistola. Relatando o assassinio de Francisco Peres, diz o Visconde de Vila Nova, em singular contradição consigo mesmo, que era «sogeito em que o serviço de V. Magestade fes grande perda, por seu ualor, e disciplina militar e mais partes que nelle concorrião» (4).

Para mestre de campo foi nomeado Lourenço de Amorim Pereira em 3 de Fevereiro de 1659 (5), que nesta data ainda estava sitiado em Monção; em breve recolheu ao exército onde logo começou a fazer serviço (6), mas julgamos que não exercitou o seu novo pôsto no têrço vêlho. Várias recompensas lhe foram dadas pela heróica defesa de Monção: o fôro de fidalgo cavaleiro da Casa Real (7), a comenda de Santa Maria de Airães da Ordem de Cristo, com sucessão para seu filho António de Amorim (8), assim como a transmissão a este de uma tença que já tinha por ser-

(1) Bibl. da Aj., loc. cit.

(2) *Ib.*

(3) *Port. Rest.*, II, 164, 174.

(4) Bibl. Aj., cod. 51-VII-41, fl. 25.

(5) T. T., *Cons. G.*, L.º 23 (21), fl. 45.

(6) Bibl. Aj., *op. cit.*, fl. 33.

(7) T. T., *Matr. dos mor. da C. R.*, L.º 4, fl. 198.

(8) *Port. do R.*, L.º 4, fls. 43 v. e 53 v.

## OS TERÇOS DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

viços anteriores <sup>(1)</sup> e finalmente o governo do Castelo de Viana, e duas tenças importantes, também transmitidas ao filho e a um genro, que lhe foram concedidas em 1670 <sup>(2)</sup>.

Por este motivo talvez, a patente de António Soares da Costa, que viera como tenente de mestre de campo general para Entre-Douro-e-Minho, em 1657, considera o comando do tёрço velho vago pela morte de Francisco Peres <sup>(3)</sup>. Esta patente é de 15 de Abril, mas António Soares já dirigia o tёрço, por encargo do Visconde, desde a morte do mestre de campo <sup>(4)</sup>.

Sob o seu comando o tёрço velho tomou parte importante nas duas campanhas de 1661 e 1662, que foram em Entre-Douro-e-Minho as principais de toda a guerra. Nelas conseguiu o governador das armas, Conde do Prado, impedir todos os progressos do inimigo, embora este, na segunda, tivesse atingido o vale do Lima, ameaçando avançar até ao coração da provincia. Assim, na surpresa de 24 de Julho de 1661, a infantaria era comandada pelo seu mestre de campo <sup>(5)</sup>. Um dos capitães que marchou com ela, segundo informa uma relação contemporânea, Francisco Palhares <sup>(6)</sup>, também sabemos que era do tёрço velho <sup>(7)</sup>. Aquela relação faz largos elogios a um juvenil capitão do tёрço velho, D. João de Sousa, filho do governador das armas que sempre queria ser encarregado das operações mais perigosas <sup>(8)</sup>.

Na campanha de 1662, foi ainda António Soares que comandou os mosqueiros que acompanhavam a cavalaria que foi interceptar ao inimigo, em 29 de Julho o caminho dos Arcos <sup>(9)</sup>; no combate do dia 9 de Agosto, nas alturas de Grijó distinguiu-se um capitão que tinha sido do tёрço velho <sup>(10)</sup> chamado Inácio da França, a quem coube proteger uma mudança de posição da cavalaria <sup>(11)</sup>. Não se distinguiu especialmente este tёрço no infrutuoso ataque de Lapela.

Em 1663, no ataque e tomada de Gaíão, encontramos entre os que primeiro assaltam as fortificações outro capitão do tёрço velho, Francisco Pita Malheiro <sup>(12)</sup>. O mestre de campo era agora D. António Luís de Sousa, mais tarde o célebre Marquês das Minas, que em 13 de Julho deste ano recebera patente para a vaga de António Soares da Costa, promovido a sargento-mor de batalha <sup>(13)</sup>. Fêz parte o tёрço velho da

<sup>(1)</sup> *Port. do R.*, L.º 1, *Cons. G.*, L.º 23 (21), fl. 72 v., fls. 147 v. e 25 v., L. 2, fl. 99 v.

<sup>(2)</sup> T. T., *Chanc. D. Afonso VI*, L.º 35, fls. 80 e 81.

<sup>(3)</sup> T. T., *Cons. G.*, L.º 23 (21), fl. 101 v.

<sup>(4)</sup> T. T., *Chancelaria da Ordem de Cristo*, L.º 18, fls. 109 v.º-110; *Cons. G.*, L.º 27 (25), fls. 82 v.-84; etc.

<sup>(5)</sup> *Port. Rest.*, II, 343.

<sup>(6)</sup> *Verdadera Relacion de Verinvncio*, 26.

<sup>(7)</sup> *Bibl. Aj.*, cod. 51-VII-41, *loc. cit.*

<sup>(8)</sup> *Op. cit.*, 39.

<sup>(9)</sup> *Port. Rest.*, II, 433.

<sup>(10)</sup> *Bibl. da Aj.*, *loc. cit.*

<sup>(11)</sup> *Port. Rest.*, II, 437-8.

<sup>(12)</sup> *Idem*, II, 180.

<sup>(13)</sup> T. T., *Cons. G.*, L.º 28 (26), fl. 212.



## REVISTA DE GUIMARÃES

guarnição, que no ano seguinte ficou no forte da Conceição, mandado levantar pelo Conde governador das armas naquela vila, e que esteve nas nossas mãos até ao fim da guerra (1).

Na ofensiva portuguesa de 1665 também vemos figurar o mesmo tço, sem podermos individuar a sua acção; apenas, por um diário recentemente publicado (2), sabemos que fez parte da vanguarda, em 11 de Novembro na marcha sobre a Guarda (la Guardia).

Em 4 de Novembro deste ano, D. António Luis de Sousa, já Conde do Prado, como seu pai, foi promovido a sargento-mor de batalha (3) e substituiu-o no comando do tço Manuel da Silva Souto Maior, que só recebeu patente com data de 9 de Junho seguinte (4). Foi este mestre de campo quem, supomos, comandou o tço nas duas últimas campanhas em que não houve feitos importantes, porque a guerra desde a morte de D. Filipe III estava virtualmente finda; os espanhóis tinham-se convencido da impossibilidade de submeter Portugal e o novo governo não tinha razões que o fizessem persistir numa empresa perdida.

### O TÇO DE DIOGO DE BRITO COUTINHO

Como antes dissemos, depois da campanha de 1657 foi resolvido levantar um novo tço para servir em Entre-Douro-e-Minho. Na patente do seu mestre de campo aparece com a designação de tço novo, que logo perde por serem criados outros quasi contemporaneamente. Esta patente tem a data de 2 de Abril de 1658, sobre resolução régia de 3 de Fevereiro (5).

A primeira campanha em que este tço figura é a de 1658; toma parte no infeliz combate de Torre de Nogueira, em que é aprisionado o seu sargento-mor António Nunes Preto, e talvez o capitão João Correia que morreu prisioneiro na Galiza (6). No cerco de Monção morreram-lhe pelo menos dois capitães António Ferraz e Francisco de Castro de Araújo (7), que ambos tinham entrado na praça com o primeiro e único importante socorro que foi possível mandar à guarnição e ainda outro, António de Castro (8). O segundo governou o forte chamado de Cima da Fonte, quando neste foi aberta brecha por uma mina castelhana, repelindo o ataque por ali dirigido (9).

(1) *Port. Rest.*, II, 641.

(2) António Cruz, *Derradeiras Campanhas de Entre-Douro-e-Minho . . .* 6.

(3) T. T., *Cons. G.*, L.º 32 (30), fl. 70 v.

(4) *Ib.*, L.º 32 (30), fl. 155.

(5) *Ib.*, L.º 32 (20), fl. 70.

(6) *Bibl. Aj.*, cod. 51-VII-41, fls. 41.º seg.

(7) *Ib.*

(8) *Ib.*

(9) *Port. Rest.*, II, 172.

## OS TERÇOS DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

De outro capitão nos fica notícia nesta campanha, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, o assassino de Francisco Peres da Silva, cujo posterior destino conta o Conde da Ericeira (1).

Em 1660 sabemos que Diogo de Brito Coutinho governava Valença; é provável que ali estivesse parte importante do seu têrço (2); Diogo de Brito surpreendeu e derrotou algumas fôrças castelhanas, e foi este o único facto da campanha de que ficou memória.

Nas campanhas seguintes não podemos individuar a acção do têrço; sem dúvida, forneceu o seu contingente para os destacamentos de mosqueteiros que tão grande papel tiveram nas operações.

Tendo sido Diogo de Brito nomeado mestre de campo general de Entre-Douro-e-Minho (cargo que aliás exerceu em Trás-os-Montes, onde várias vezes figura com o govêrno das armas) foi para a sua vaga nomeado Gonçalo Vasques da Cunha com patente de 6 de Abril de 1663 (3) que o comandou, ao que supomos, apenas nesta campanha e na seguinte; em nenhuma delas houve operações de importância em que vejamos citado o têrço de Gonçalo Vasques. Apenas sabemos que foi um dos que ficou em 1664 a guarnecer o forte da Conceição.

Na campanha seguinte o têrço já devia estar comandado por João Rebêlo Leite, que, dois anos antes e como tenente de mestre de campo general, reconquistara o castelo de Lindoso; não encontrámos a sua patente; todavia, parece que João Rebêlo já era mestre de campo *ad honorem* desde Janeiro de 1664 e que na sua patente se prescrevia que passaria a comandar o primeiro têrço que vagasse. Os serviços deste bravo soldado, que era natural de Guimarães, são largamente relatados num livro do P. Torquato Peixoto de Azevedo, irmão d'ele, que inclui no texto da sua obra muitos documentos officiaes que certamente viu. Apesar disso, a publicação contém muitos erros, devidos talvez a má leitura do manuscrito, como Tresna por Fresno, Laso por Lescole, Macro por Mouro, Ribeiro por Rodrigues, etc. João Rebêlo combatia desde 1641 no Minho e no Alentejo, e apenas interrompera os seus serviços militares durante alguns anos em que, por motivo que não conhecemos, esteve prêso em Lisboa (4).

No cêrco de La Guardia foi este têrço que teve o papel principal, dando o assalto de que resultou a occupação da estrada coberta, o que conseguiu à custa de perdas importantes. Morreram no combate o capitão Bento Vieira e oitenta soldados e ficaram gravemente feridos o mestre de campo e o sargento-mor Clemente Rodrigues Salgado (5).

Não sabemos se João Rebêlo teve que abandonar na ocasião o comando do

(1) *Port. Rest.* II, 175.

(2) *Ib.*, 282.

(3) *T. T. Cons. G.*, L. 30 (23), fl. 33.

(4) P. Torquato Peixoto de Azevedo, *Memorias resuscitadas da antiga Guimarães*, 400-408 (Porto, 1845). Devemos a indicação desta notícia ao senhor Major Mário Cardoso.

(5) *Port. Rest.*, II, 737.

## REVISTA DE GUIMARÃES

térço, mas ainda viveu até 2 de Outubro (1) de 1667; pelo seu falecimento, é, em 12 de Dezembro deste ano, dada patente para o substituir a António Barbosa de Brito (2).

Nestas últimas campanhas não teve também este térço ocasião de se distinguir.

### O TÊRÇO DE FERNÃO DE SOUSA COUTINHO

Nos fins de 1657 ou princípios de 1658 foram mandadas levantar de novo diferentes companhias pagas para defesa de Entre-Douro-e-Minho; com elas se constituiu um térço cujo comando foi dado a Fernão de Sousa Coutinho; já tinha patente de mestre de campo em 2 de Abril de 1658 (3). Este térço foi organizado no Porto (4), mas ainda não estava formado quando se travou o combate de Barrocas de que antes falámos (5) e em que tomou parte o seu mestre de campo.

Este pouco tempo exerceu o cargo, passando a servir com o posto de tenente general da cavalaria logo no começo do ano seguinte; antes, porém, tivera pessoalmente papel importante nas tentativas para socorrer Monção (6), e foi um dos oficiais encarregados de reconhecer a maneira de o conseguir, quando no fim de 1658, Nuno da Cunha de Ataíde para tal procurava nova forma (7).

Há algumas probabilidades de que não chegasse a comandar em campanha o térço que começara a formar. Efectivamente, só de 20 de Abril de 1659 é datada a patente de Rodrigo Pereira Souto Maior que lhe sucedeu (8), mas o Conde da Ericeira já refere a derrota de cento e cinquenta soldados deste térço em Outubro do ano anterior (9).

Ora o combate deu-se no Vale de Rosal (Santa Maria del Rosal) e Rodrigo Pereira era capitão-mor e governador de Caminha, onde há certas probabilidades de que fizesse guarnição este térço alguns anos depois. É possível uma confusão do *Portugal Restaurado*, mas é possível também que o térço, ao passo que se ia formando no Porto, fôsse seguindo para Caminha e Vila Nova de Cerveira, e ali tivesse o seu quartel permanente.

Rodrigo Pereira Souto Maior continuou no comando até 1663; na campanha do ano anterior comandou, em 27 de Outubro, mil e quinhentos mosqueteiros que da serra da Boulhosa combateram o inimigo cuja artelharla retirava para Monção (10).

(1) *Mem. resusc., loc. cit.*

(2) T. T., *Cons. G.*, L.º 34 (32), fl. 22.

(3) T. T., *Cons. G.*, L.º 24 (22), fl. 20 v.

(4) T. T., *Cons. G.*, L.º 29 (27), fl. 154.

(5) *Port. Rest.*, II, 156.

(6) *Ib.*, II, 163-6.

(7) *Ib.*, 167-70.

(8) T. T., *Cons. G.*, L.º 23 (21), fl. 64.

(9) *Port. Rest.*, II, 160.

(10) *Ib.*, II, 449.

## OS TERÇOS DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

Em Janeiro de 1663 foi resolvido substituir Rodrigo Pereira no comando do t<sup>er</sup>ço para êle ficar com o govêrno de Caminha, e para o seu lugar se escolheu o capitão de cavalos Jerónimo da Silva de Meneses; mas a patente d<sup>este</sup> mestre de campo é de 6 de Abril (1). Jerónimo da Silva morreu antes do fim do ano.

Pelo seu falecimento, passou a mestre de campo d<sup>este</sup> t<sup>er</sup>ço D. Luís Manuel de Távora, que por sua mãe descendia daquela illustre família que tantos heróis deu na guerra da Aclamação; a sua patente é de 30 de Novembro (2). D. Luís Manuel distinguira-se pelo seu valor como capitão de infantaria e de cavalos; como mestre de campo, o seu papel é bastante apagado, sempre pelo mesmo motivo que já antes apontámos.

Passando a tenente-general de cavalaria em 9 de Novembro de 1666 (3), foi substituído logo em 26 pelo segundo filho do Conde do Prado, aquêlê mesmo D. João de Sousa, a que nós referimos como capitão de infantaria do t<sup>er</sup>ço v<sup>elho</sup>, e que depois fôra capitão de cavalos e da companhia das guardas do general (4). É êste jovem comandante de 20 anos o último que dirige o t<sup>er</sup>ço na Guerra da Aclamação.

### O T<sup>ER</sup>ÇO DE ÁLVARO DE AZEVEDO BARRETO

Quando a maior parte das fôrças pagas estava isolada, em Monção ou em Salvaterra, do exêrcito de campanha, o govêrno da Rainha Regente criou novas tropas para o reforçar. No princípio de 1659 foi formado um t<sup>er</sup>ço pago para Entre-Douro-e-Minho e para êle nomeado mestre de campo, com patente de 8 de Fevereiro, Álvaro de Azevedo Barreto (5) que comandava há pouco o t<sup>er</sup>ço de auxiliares de Santarém (6) depois de, como tenente de mestre de campo general, ter sido governador do forte de Santa Luzia (7).

A acção d<sup>este</sup> t<sup>er</sup>ço nas campanhas seguintes (durante a de 1659 ainda se encontrava de-certo em formação) não se distingue no conjunto das operações. Apenas sabemos que, depois de finda a campanha de 1660 estava guarnecendo Caminha (8) e que tomou parte nos combates de 1661 e na batalha do dia de S. Lourenço. Neste momento já não era comandado por Álvaro de Azevedo Barreto, que morreu nos fins de 1661 ou princípios de 1662. Para o seu lugar foi nomeado Miguel

(1) T. T., *Cons. G.*, L.º 29 (27), fl. 172.

(2) *Ib.*, L.º 30 (28), fls. 46 v.

(3) *Ib.*, L.º 32 (30), fl. 162.

(4) *Ib.*, L.º 32 (30), fl. 149 v.

(5) *Ib.*, L.º 23 (21), fl. 44 v.

(6) *Ib.*, L.º 24 (22), fl. 29.

(7) *Ib.*, L.º 24 (22), fl. 3.

(8) *Ib.*, L.º 24 (22), fl. 166.

## REVISTA DE GUIMARÃES

Carlos de Távora, irmão do primeiro marquês de Távora e que foi mais tarde Conde de S. Vicente (1).

Como, porém, êle se achava prisioneiro na Galiza, foi nomeado mestre de campo para êste tẽrço, e «apesar da patente de Miguel Carlos», o tenente de mestre de campo general Manuel Nunes Leitão, cuja patente é de 28 de Março de 1662 (2)

Manuel Nunes comandou o tẽrço até 1666. Quando em Setembro de 1662 o exército espanhol, que conseguira transpor o Lima em Muhia, parecia ameaçar Braga, foi guarnecer esta cidade com o seu tẽrço e mais dois de auxiliares e quatro companhias de cavalos (3). Em 1663, na tomada de Gaião, comandou um destacamento de mil e duzentos soldados escolhidos de todos os tẽrços, que atravessou o Minho logo após a guarda avançada do seu sargento-mor Diogo Soares Pereira (4). Finalmente, a êle foi entregue o govẽrno do forte da Conceição, tendo sob o seu comando, além do próprio tẽrço, mais dois de que já falámos (5).

Os serviços de Manuel Nunes Leitão valeram-lhe ser promovido a sargento-mor de batalha (6) e foi substituído no comando por Diogo Soares Pereira, de que há pouco falámos e cuja patente é de 9 de Julho de 1666 (7).

### O TÊRÇO DA CÂMARA DO PÔRTO

Em virtude do grave perigo que em 1658 e 59 correu a provincia de Entre-Douro-e-Minho, a Câmara do Pôrto ofereceu levantar à sua custa um tẽrço para servir nesta provincia; dois documentos muito posteriores se referem a êste facto (8). Teve, por tal motivo, êste tẽrço concessões especiais de que adiante falaremos. Em 15 de Maio de 1659, foi nomeado Fernão Sousa da Silva mestre de campo do tẽrço novo «com que me serve a Cidade do Pôrto» (9). Na mesma data foram nomeados o sargento-mor, Pedro da Rocha Leal, e os dez capitães do tẽrço: Francisco de Sousa de Meneses, João Álvares Calheiros, Manuel Pereira da Fonseca, António Correia, Manuel de Oliveira Pimentel, João Tavares de Brito, Manuel Pereira Barbosa, Manuel da Costa Soares, João Godinho Leitão, Manuel de Sousa de Meneses (10).

O tẽrço figura nas campanhas de 1661 (11) e 1662 (12) tomando parte na bata-

(1) T. T., *Cons. G.*, L.º 28 (26), fl. 40 v.

(2) *Ib.*, L.º 28 (26), fl. 39.

(3) *Port. Rest.*, II, 444.

(4) *Ib.*, 579.

(5) *Ib.*, II, 641.

(6) T. T., *Cons. G.*, L.º 32 (30), fl. 102.

(7) *Ib.*, L.º 32 (30), fl. 113 v.

(8) *Ib.*, Decretos, maço 53, doc. 33, e maço 80, doc. 3.

(9) *Ib.*, L.º 23 (21), fl. 80.

(10) *Ib.*, fls. 80-81.

(11) *Verdadera Relacion de Vertinvncio*, 8.

(12) *Port. Rest.*, II, 431.

## OS TERÇOS DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

lha da véspera de S. Lourenço. Ignoramos a sua acção nas duas campanhas seguintes; sem dúvida concorreu na invasão da Galiza e tomada de Gaião. Sabemos que, em 1665, fazia parte do exército que conquistou La Guardia; ia comandado pelo seu sargento-mor Manuel Ferreira da Fonseca (1).

Não sabemos quando Fernão de Sousa deixou de exercer o comando, mas foi nêle substituído por D. Manuel de Ataíde e Azevedo, que ficou mestre de campo até à reorganização geral (2).

Como êste têrço foi sustentado pela Câmara do Pôrto, as patentes eram passadas pelo Conselho de Guerra, mas com os nomes em branco. A Câmara seguidamente propunha os nomes dos oficiais que deviam ser aprovados pelo Condé de Miranda, governador das armas e da Relação do Pôrto, a fim de se lhes assentar praça. Os naturais do Pôrto tinham preferência para preencher os postos dêste têrço sobre quaisquer outras pessoas.

### OUTRO TÊRÇO DO PÔRTO

Em 1664, provavelmente, foi levantado no Pôrto outro têrço, êste, supomos, à custa da Fazenda Real, de que foi nomeado mestre de campo João Filgueira Galo, cuja patente é de 9 de Novembro dêste ano (3). Encontrámos algumas referências a êste têrço, que sempre o designam por *novamente formado* ou *levantado de novo* (4), e sabemos que fazia parte do exército que operou na Galiza em 1665 (5).

### DOIS TERÇOS DE AUXILIARES

Diz o Conde da Ericeira que, na campanha de 1662, os terços de auxiliares de Entre-Douro-e-Minho eram «pelo seu grande préstimo reputados como pagos» (6), o que prova que tinham melhorado muito do que haviam sido. Talvez por êste motivo, e porventura com o intuito de tentar uma invasão na Galiza, que o govêrno de D. Afonso VI teve a ilusão de poder conquistar, foram mandados transformar em pagos dois terços de auxiliares, os de Francisco da Cunha da Silva e de Luís de Saucé.

Êste último têrço, que sabemos ser formado em Guimarães, provavelmente em princípios de 1661 (7), distinguira-se notavelmente na campanha do ano seguinte,

(1) *Port. Rest.*, II, 735.

(2) T. T., *Cons. G.*, L.º 42, fl. 140, e L.º 51, fl. 118 v.

(3) *Ib.*, L. 31 (29), fl. 85.

(4) *Ib.*, L. 27 (25), fl. 185 v.

(5) *Port. Rest.*, II, 735.

(6) *Ib.*, II, 431.

(7) T. T., *Cons. G.*, L.º 26 (24), fl. 10.

## REVISTA DE GUIMARÃES

tanto no combate de Grijó como na defesa do Lima (1), e fôra encarregado dos apóroxes contra o castelo de Lapela.

A passagem à categoria de pagas das tropas destes dois tёрços foi demasiadamente tardia para, como tais, terem papel importante na guerra; a patente de Saucé é de 13 de Janeiro de 1667 (2). A única campanha em que entraram até ao fim da guerra é absolutamente insignificante.

32

Em 15 de Abril de 1659 é passada patente de mestre de campo de um dos tёрços formado de novo na provincia de Entre-Douro-e-Minho a António de Vasconcelos (3), mas não encontramos mais referências ao tёрço nem ao comandante, o que nos faz supor que este não chegasse a exercer o seu cargo e que o corpo seja o mesmo que efectivamente chefiou Álvaro de Azevedo Barreto, ou mais provavelmente, o de Fernão de Sousa Coutinho.

Também sabemos que Miguel Carlos de Távora em Agosto de 1663 governava um tёрço, por não ter mestre de campo; não pudemos determinar qual seria, mas é, incontestavelmente, um daqueles que antes relacionámos (4).

### A REFORMAÇÃO

Com a paz de 1668, foram os tёрços de Entre-Douro-e-Minho, como os das outras provincias, licenciados, ficando os officiaes a receber os seus soldos de reforma em várias condições, quando tiveram de ser dispensados de serviço efectivo.

Os restantes, assim como os soldados que continuaram a millitar, foram certamente repartidos pelos dois tёрços que constituíram a guarnição da provincia.

Até 1801, foi este, fora do tempo de guerra, o número habitual de unidades de infantaria de Entre-Douro-e-Minho. Os quartéis permanentes eram em Caminha e Monção, onde residiam os mestres de campo, Valença e Vila Nova de Cerveira, onde comandavam os sargentos-mores (5).

Através das vicissitudes a que já nos referimos, deram estes tёрços origem aos regimentos de Valença e de Viana, que em 1806 receberam os números 21 e 9.

Quanto ao tёрço da Câmara do Porto, também suprimido pelo fim da guerra,

(1) T. T., *Cons. G.*, L.º 32 (30), fl. 202 v., e *Port. Rest.*, II, 442.

(2) T. T., *Cons. G.*, L.º 32 (30), fl. 169.

(3) *Ib.*, L.º 23 (21), fl. 88 v.

(4) *Ib.*, L.º 28 (26), fl. 213.

(5) *Ib.*, Dec., maço 43, doc. 10.

## OS TERÇOS DE ENTRE-DOURO-E-MINHO

foi novamente criado em 1694 nas mesmas condições em que antes existira e veio mais tarde, depois de passar às condições normais dos corpos militares, a chamar-se regimento de infantaria 6.

Aos dois primeiros (hoje não existe o regimento n.º 21) cabe portanto, pelo artifício antes citado, a representação dos Terços que formaram o exército de Entre-Douro-e-Minho, e ao último a daquele cujo primeiro comandante foi Fernão de Sousa da Silva.

Queremos, antes de terminar, agradecer ao ilustre presidente da Sociedade Martins Sarmiento a honra do convite que nos dirigiu para colaborar na *Revista de Guimarães* e, a ele como aos leitores, pedir que nos desculpem o espaço e o tempo que lhes ocupámos com tão monótono e desinteressante assunto como é o deste artigo.

